



ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE  
“BERÇO DO ESTADO”

Administração 2005/2008

## **LEI Nº 724/2006**

**“DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES  
PARA ELABORAÇÃO DA LEI  
ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO  
DE 2007 E DA OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.”.**

**Wagner Vicente da Silveira**, Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

**FAÇO** saber que a Câmara Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art.1º** - O Orçamento para o Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, para o exercício de 2007, será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I** – as metas fiscais;
- II** – os riscos fiscais;
- III** – as prioridades e metas da administração municipal, extraídas do PPA 2006/2009;
- IV** – a estrutura dos orçamentos;
- V** - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município;
- VI** – as disposições sobre a dívida pública municipal;



ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE**

“BERÇO DO ESTADO”

Administração 2005/2008

**VII** – as disposições sobre as despesas com pessoal;

**VIII** – as disposições sobre as alterações tributárias; e

**IX** – as disposições gerais.

### **I - DAS METAS FISCAIS**

**Art. 2º** - Nos Anexos de Metas Fiscais serão estabelecidas as Metas Anuais em valores correntes e constantes, relativa às receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2007 a 2009 de acordo com o art. 4º da Lei 101/2000 – LRF e conterà ainda:

**I** – Metas Anuais, instruídas com metodologia e memória de cálculo;

**II** – avaliação dos cumprimentos das metas relativo ao ano anterior;

**III** - Metas Fiscais atuais comparadas com as metas fiscais fixadas no três exercícios anteriores;

**IV** – Evolução do Patrimônio Líquido;

**V** – Origem a aplicação dos recursos obtidos com alienação de ativos;

**VI** – Avaliação e situação financeira e atuarial do RPPS;

**VII** – Estimativa e compensação de renúncia de receitas;

**VIII** - Margem da expansão das despesas obrigatórias de Carter continuado.

### **II - DOS RISCOS FISCAIS**

**Art. 3º** – Constitui riscos fiscais, a possibilidade da ocorrência de eventos capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município e estão demonstrados no Anexo de Riscos Fiscais desta Lei. (art. 4º, § 3º da LRF).



ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE**

“BERÇO DO ESTADO”

Administração 2005/2008

§ 1º - Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência.

### **III – DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO**

**Art. 4º** - Nos Anexos de Prioridade e Metas serão estabelecidas as ações prioritárias da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2007.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2007 serão destinados, preferencialmente, para as ações dos Anexos de Prioridades e Metas desta Lei, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2007, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei e identificadas nos Anexos de Prioridades e Metas, a fim de estabilizar a despesa orçada e a receita estimada, de forma preservar o equilíbrio das contas públicas.

### **IV – DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS**

**Art.5º** - O orçamento para o exercício financeiro de 2007 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Autarquias, e seus fundos e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional da Prefeitura.

**Art. 6º** - A Lei Orçamentária para 2007 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das unidades gestoras, especificando aquelas vinculadas a fundos, Autarquias e aos Orçamentos e da Seguridade Social, desdobrando as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividades ou operações especiais e quanto sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, tudo em conformidade com as portarias SOF/42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, a qual deverá estar anexada o seguinte:

I – Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções de governo;



ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE**

“BERÇO DO ESTADO”

Administração 2005/2008

**II** – Demonstrativo da receita e despesa segundo categorias econômicas, - Anexo 1 da lei nº 4320/64;

**III** – Receita segundo as categorias econômicas - Anexo 2 da Lei nº 4320/64;

**IV** - Natureza da despesa segundo as categorias econômicas - Consolidação geral - Anexo 2 da Lei nº 4.320/64;

**V** - Quadro demonstrativo da receita, por fontes, e respectiva legislação;

**VI** - Quadro das dotações por órgãos do governo: poder legislativo e poder executivo;

**VII** - Quadro demonstrativo da despesa por órgãos, por unidade orçamentária, programa de trabalho - Anexo 6 da Lei nº 4320/64;

**VIII** - Quadro demonstrativo da despesa por programa anual de trabalho do governo, por função governamental - anexo 7 da lei nº 4320/64;

**IX** - Quadro demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas conforme o vínculo com os recursos - Anexo 8 da Lei nº 4320/64;

**X** - Quadro demonstrativo das despesas por órgão e funções - Anexo 9 da lei nº 4320/64;

**XI** - Quadro demonstrativo da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

**XII** - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do governo em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

**XIII** - Tabela explicativa da evolução da receita e da despesa - artigo 22, inciso III da Lei nº 4320/64;

**XIV** - Descrição sucinta de cada unidade administrativa e suas principais finalidades, com a respectiva legislação;



ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE**  
“BERÇO DO ESTADO”

Administração 2005/2008

**XV** - Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributaria e creditícia;

**XVI** - Demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e as metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

**XVII** - Demonstrativo de medidas de compensação às renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

**§ 1º** - O Orçamento da Autarquia que acompanha o Orçamento Geral do Município, evidenciará sua receitas e despesas conforme disposto no caput deste artigo.

**§ 2º** - Para efeito desta Lei, entende-se por Unidade Gestora Central, a Prefeitura, e por Unidade Gestora, as entidades com Orçamento e Contabilidade própria.

**§ 3º** - O Quadro Demonstrativo das Despesas – QDD poderá ser detalhado em nível de elemento e alterado por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara Municipal no âmbito do Poder Legislativo.

**V - DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO**

**Art. 7º** - Os Orçamentos para o exercício de 2007 obedecerão entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, suas Autarquias e seus Fundos.

**Art. 8º** - Os Fundos Municipais, terão suas receitas no Orçamento da Receita das Unidades Gestoras que estiverem vinculados, e essas por sua vez, vinculadas às despesas relacionadas a seus objetivos, identificando em plano de aplicação, referido no art. 6º, XI desta Lei.

**§ 1º** - Os Fundos Municipais serão gerenciados pelo Prefeito Municipal, podendo por manifestação formal do chefe do Poder Executivo, serem delegados a servidor municipal.



ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE**  
“BERÇO DO ESTADO”

Administração 2005/2008

**§ 2º** - As movimentações orçamentária e financeira das contas dos Fundos Municipais, deverão ser demonstradas também em balancetes apartados da Unidade Gestora Central quando a gestão for delegada pelo Prefeito a servidor municipal.

**Art. 9º** - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2007, deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios.

**Parágrafo Único** – Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará a disposição da Câmara Municipal, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive de receita corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

**Art. 10** - Se a receita estimada para 2007, comprovadamente, não atender ao disposto no artigo anterior, o legislativo, quando da discussão da Proposta Orçamentária, poderá reestimá-la, ou solicitar do Executivo Municipal a sua alteração, se for o caso, e conseqüentemente adequação do orçamento da despesa.

**Art. 11** – Na execução do orçamento, verificando que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional a suas dotações e observadas as fontes de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários á preservação do resultado estabelecido.

**§ 1º** - *Ao determinarem a limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.*

**§ 2º** - *Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação não esteja ocorrendo nas respectivas receitas.*



ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE**  
“BERÇO DO ESTADO”

Administração 2005/2008

**§ 3º** - *Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.*

**§ 4º** - *A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotado na hipótese de ser necessária à redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõe o artigo 31 da Lei Complementar 101.*

**Art. 12** – As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à receita corrente líquida, programada para 2007, poderão ser expandidas em até 10%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Carter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2006, conforme Anexo de Metas Fiscais, demonstrativo da Margem da Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

**Art. 13** – Os Orçamentos para o exercício de 2007 destinarão recursos para a Reserva de Contingência não inferior a 2% das Receitas Correntes Líquida previstas para o mesmo exercício.(art.5º, III da LRF).

**§ 1º** - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de créditos adicionais suplementares conforme disposto no art. 5º, III, “b” da LRF.

**§ 2º** - Os recursos de Reserva de Contingência destinados a ricos fiscais, caso estes não se concretizem até dezembro de 2008, poderão ser utilizados por ato do chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotação que tornaram insuficientes.

**Art. 14** – Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplado no Plano Plurianual. (art. 5º, § 5º, da LRF).

**Art. 15** – O chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal. (art. 8º da LRF)



ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE**  
“BERÇO DO ESTADO”

Administração 2005/2008

**Art. 16** – Os projetos e atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2007 com dotações vinculadas a fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros extraordinário, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitando ainda o montante ingressado ou garantido. (art 8º parágrafo único e art. 50, I da LRF).

**Art. 17** – A renúncia de receita estimada para o exercício financeiro de 2007 constante do Anexo de Metas Fiscais, demonstrativo da Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita, desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita. (art 4º, § 2º, V e art 14, I da LRF).

**Art. 18** – A transferência de recurso do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aqueles de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltados para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em Lei específica. (art. 4º, I, “f” e 26 da LRF).

**Parágrafo Único** – As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal, deverão prestar contas no prazo de 30 dias, ou na forma estabelecida no instrumento de convênio.

**Art. 19** – Os instrumentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesa de que trata o artigo 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos de licitação ou de sua inexigibilidade.

**Parágrafo Único** – Para efeitos do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental, que acarrete aumento de despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2007, em cada evento, não exceda ao limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei 8.666/93 devidamente atualizado. (art 16, § 3º da LRF).

**Art. 20** – As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre os projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito.(art 45 da LRF).



ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE**

“BERÇO DO ESTADO”

Administração 2005/2008

**Parágrafo Único** – As obras em andamento e os custos programados para a conservação do patrimônio público serão demonstradas no Anexo de Projetos em Execução e Conservação do Patrimônio, desta Lei. (art 45, parágrafo único da LRF).

**Art. 21** – Despesas de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados por convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na Lei Orçamentária. (art 62 da LRF)

**Art. 22** – A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2007 a preços correntes.

**Art. 23** – A execução do orçamento da despesa obedecerá, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, a dotação fixada para cada grupo de Natureza de Despesa Modalidade de aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a portaria 163/2001.

**Parágrafo Único** – A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um grupo de natureza de despesa Modalidade de Aplicação para outro, poderá ser feita por decreto do Poder executivo Municipal no âmbito do Poder Executivo e por decreto Legislativo pelo presidente da Câmara Municipal no âmbito do Poder Legislativo de acordo com o art. 167, VI da Constituição Federal.

**Art. 24** – Durante a execução orçamentária de 2007, o Executivo Municipal, autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das unidades gestora na forma de crédito especial.

**Art. 25** – O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata os Art. 50, § 3º da LRF, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos de serviços, tais como custos dos programas, das ações, do m<sup>2</sup> das construções, do m<sup>2</sup> das pavimentações, do aluno/ano no ensino fundamental, do aluno/ano no transporte escolar, do aluno/ano no ensino infantil, do aluno/ano com merenda escolar, da destinação final da tonelada de lixo, do atendimento nas unidades de saúde, etc. (art 4º, I “e” da LRF).



ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE**  
“BERÇO DO ESTADO”

Administração 2005/2008

**Parágrafo Único** – Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas no final do exercício. (art 4º, I “e” da LRF).

**Art. 26** – Os programas priorizados por esta Lei e contemplados na Lei Orçamentária de 2007 serão objetos de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas. (art 4º, I “e” da LRF).

## **VI – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL**

**Art. 27** – A Lei Orçamentária de 2007 poderá conter autorização para contratação de Operação de crédito para atendimento à Despesa de Capital, observando o limite de endividamento apuradas até o segundo mês imediatamente anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida nos artigos 30,31 e 32 da Lei Complementar 101/00 (LRF).

**Art 28** – Ultrapassado o limite de endividamento definido no art. 27 desta Lei, enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através de limitação de empenho e movimentação financeira, observando o art 11 e seus parágrafos desta Lei.

## **VII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL**

**Art 29** – O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2007, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em Caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar 101/00 (LRF). (art 169, § 1º, II da Constituição Federal).

**Parágrafo Único** – Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na de orçamento para 2007.

**Art. 30** – Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a administração municipal poderá autorizar a realização de horas-extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite do limite estabelecido no art 20, III da LRF.



ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE**

“BERÇO DO ESTADO”

Administração 2005/2008

**Art. 31** – O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20 da LRF)

- I – Eliminação das funções gratificadas;
- II – eliminação das despesas com horas-extras;
- III – exoneração de servidores ocupantes em cargos de comissão;
- IV – demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

**Art. 32** – Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão de obra cujas atividades ou funções guardem relação com as atividades ou funções previstas no Plano de Cargos e Carreiras da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública Municipal, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

**Parágrafo Único** – Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais, ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa, que não “Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização”.

## **VIII – DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 33** – O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vista a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classe menos favorecida, devendo esses benefícios serem considerados nos cálculos do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no



ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE**  
“BERÇO DO ESTADO”

Administração 2005/2008

exercício em que iniciar sua vigência e no dois subseqüentes (art 14 da LRF).

**Art. 34** – Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.(art. 14, § 2º, da LRF).

**IX – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 35** – O executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal até o dia 30 de Setembro de 2006, prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que apreciará e devolverá para sanção até o encerramento do primeiro período da sessão Legislativa.

**§ 1º** - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no “caput” deste artigo.

**§ 2º** - Se o projeto de lei orçamentária não for encaminhado para sanção até o início do exercício financeiro de 2007, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

**§ 3º** - Os eventuais saldos negativos apurados em decorrências do disposto do parágrafo anterior serão ajustados após a sanção da lei orçamentária anual, mediante a abertura de créditos adicionais suplementares, através de decreto do Poder Executivo, usando como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2006, o excesso ou provável excesso de arrecadação, a anulação de saldos das dotações não comprometidas e a reserva de contingência, sem comprometer, neste caso, os recursos para atender os ricos fiscais previstos e a meta de resultado primário.

**Art. 36** – Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivado por insuficiência de tesouraria.

**Art. 37** – Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subseqüente, por ato do chefe do poder executivo.



ESTADO DE MATO GROSSO

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE**  
“BERÇO DO ESTADO”

Administração 2005/2008

**Art. 38** – O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência ou não do município.

**Art. 39** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZOITO DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E SEIS.**

*Wagner Vicente da Silveira*  
**PREFEITO MUNICIPAL**